



agirlocal
Porto, 14 de março de 2015

4º Encontro de **Autarcas e Ativistas Verdes**

Na defesa dos Serviços Públicos

Ação ecologista em Almeirim e no distrito de Santarém

Sónia Colaço



**Partido Ecologista
Os Verdes**

Nos órgãos autárquicos

- Câmara Municipal (tomadas de posição durante a discussão de propostas do executivo municipal)
- Assembleia Municipal (Recomendações e Moções várias)
- Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (tomada de posição na discussão temática sobre serviços públicos da zona sul do distrito de Santarém)

Na Comissão de Utentes do concelho de Almeirim

- **Membro do MUSP Santarém**
- **Comunicados**
- **Reuniões públicas**
- **Abaixo-assinado**



agirlocal
Porto, 14 de março de 2015

4º Encontro de Autarcas e Ativistas Verdes



Julho 2012



Fevereiro 2015

Abril 2014



Abril 2011



MUSP Santarém

Movimento de Utentes dos Serviços Públicos do Distrito de Santarém

4º Encontro de Autarcas e Ativistas Verdes

movimento utentes serviços públicos distrito santarém

MUSP do distrito santarém

Avenida 8 de Julho, lote 4 r/c

2350-724 TORRES NOVAS

Email: muspsantarem@gmail.com Blog: <http://muspsantarem.blogspot.com>

Face: <https://www.facebook.com/utentes.santarém>

Para si, cara (o) utente:

Os utentes têm recebido uma carta da administração dos CTT, dirigida «Para si», e que se destina a publicitar a venda pública de ações no processo de privatização da lucrativa empresa pública.

Porque não deve aderir a esta campanha.

As origens dos CTT remontam a 1520, e, com a implantação da República os correios e telégrafos passaram a constituir, em 1911, uma Administração-Geral, dotada de uma maior autonomia administrativa e financeira, com uma mais ampla liberdade de ação, para se atingir total cobertura do país. Abril de 1974 trouxe consigo profundas alterações no tecido económico-social do país e um novo posicionamento de Portugal na cena internacional.

A função social dos CTT é reconhecida. Para muitos portugueses os CTT, para além dos serviços postais, funcionam como uma pequena entidade financeira de proximidade, onde têm acesso às suas pensões e reformas. Com as medidas de preparação da empresa para ser entregue de mão beijada ao capital privado, esta proximidade já ficou em causa; no lugar das antigas estações de correios, instalaram-se agências postais em lojas nas quais as regras mínimas não são sequer respeitadas: não é garantida a presença permanente das agências, a confidencialidade das operações não está assegurada.

Tal como ocorreu com as anteriores privatizações, a submissão da presença postal às exigências de rentabilidade levará, inevitavelmente, a uma degradação ainda maior das condições da empresa, da sua presença territorial e da qualidade do serviço prestado. Basta recordarmos o que ocorreu com a privatização da Rodoviária Nacional, muitas populações perderem o direito à mobilidade, reduziram-se percursos e horários, encerraram estações, prejudicaram os utentes e lesaram o Estado.

Cara (o) utente: se hoje adquirir ações dos CTT, os parcos lucros que poderá vir a ter, dependendo da «roleta» da Bolsa de Valores, serão consumidos no aumento de impostos que a sua aquisição acarretará para compensar a quebra de receita: «O Grupo CTT registou um resultado líquido de 31,6 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano», em 2012 rendeu 50,7 milhões de euros.

Privando o Estado desta fonte de receita, diminui a sua capacidade de financiamento sem se endividar, e terá de a obter, na forma de impostos sobre os utentes: também sobre quem adquirir ações. Se as empresas que entretanto já foram privatizadas, EDP, REN, GALP, PT, Banca, etc., tivessem sido mantidas públicas, os milhares de milhões de euros de lucros que anualmente rendem, bastariam para que Portugal tivesse os seus problemas de défice resolvidos, a vida dos utentes mais qualidade, e não tivéssemos de suportar o inferno para onde estas políticas privatizadoras nos conduziram.

Comprar ações dos CTT é diminuir a qualidade e quantidade do serviço prestado, mas também condenar ao desemprego: «O ministro da Economia, Pires de Lima, disse no Parlamento que o Executivo não pode garantir que não haja despedimentos nos CTT após a privatização, que acontecerá até ao final do ano.»

Título de artigo no Expresso de 26 de Julho de 2013:

«Privatização dos CTT: um crime sem perdão.»

NÃO PARTICIPE NO CRIME!

DEFENDA O PATRIMÓNIO PÚBLICO!

O Secretariado do MUSP SANTARÉM

1.12.2013

CUCA – Comissão de Utentes de Concelho de Almeirim

COMUNICADO

O ano de 2015 começa de forma dramática para os utentes do Centro de Saúde de Almeirim, com a saída efetiva de três clínicos deste centro. As notícias vindas a público em Abril do ano passado, alertando para esta situação tornaram-se realidade, sendo que a CUCA demonstrou logo a sua preocupação para a situação que se estava a criar, uma vez que já existiam no concelho cerca de 6000 utentes sem médico de família, valor que é hoje largamente ultrapassado.

A CUCA recorda que, após declarações da Sr.^a diretora do ACES Lezíria, foi pedida uma reunião com a pretensão de sensibilizar os dirigentes para a grave situação que se avizinhava e perceber em que ponto da situação estaria o concurso para colocação de médicos, mas volvidos nove meses, continuamos a aguardar resposta.

Uma vez que a situação é demasiado grave e vários são os utentes que questionam o que pode ser feito, a Comissão de Utentes irá organizar um abaixo-assinado para enviar às entidades públicas, com responsabilidades na área da saúde, de modo a dar voz às preocupações dos utentes, não só da cidade de Almeirim mas de todo o concelho.

Exigir mais médicos de família no Centro de Saúde de Almeirim é defender o direito de acesso à Saúde, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Almeirim, 03 de Janeiro de 2015

Coletivo Regional de Santarém



Julho 2012



Outubro 2014



Maio 2014



Grupo Parlamentar do PEV na Assembleia da República

- Perguntas ao Ministério da Saúde sobre situações em Benavente, Alpiarça, Almeirim, Tomar,...
- Reuniões com Comissões de Utentes e Direções ACES

Março 2011



Junho 2012

Na Defesa dos Serviços Públicos em conjunto com as populações

